



MEDIAÇÃO SOCIAL COM IDENTIDADES QUILOMBOLAS: A PERSPECTIVA INTERCULTURAL E SIMÉTRICA

Jeniffer Hübner, antropóloga e socióloga, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

José Marcos Froehlich, professor no Departamento e nos PPGs em Extensão Rural e em Ciências Sociais da UFSM.

Fernanda Américo, graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Resumo: Nas últimas décadas, a interculturalidade vem se apresentando enquanto uma noção em construção, que busca a superação de conflitos através da proposta de um diálogo fecundo e mutuamente enriquecedor entre culturas diversas. O diálogo intercultural se estabelece em condições ou busca por simetria, mesmo que atravessado por conflitos e relações de poder, buscando romper a hegemonia das representações dominantes e possibilitar expressões para as identidades tradicionalmente excluídas. O objetivo deste estudo é analisar processos de mediação social com identidades quilombolas, a partir da perspectiva intercultural e simétrica, buscando compreender de que modo o complexo contexto intercultural vivenciado na Comunidade Quilombola de Júlio Borges (Salto do Jacuí, RS) interfere nos processos de mediação que diferentes instituições têm exercido. Recorremos a técnicas de pesquisa qualitativa, como a abordagem etnográfica e entrevistas, conjecturando principalmente com base na acumulação de experiências e processos de mediação do NEDET-UFSM. Consideramos que os processos de mediação social tem como principal desafio o diálogo intercultural entre sujeitos de culturas diferentes porque estes não possuem os mesmos códigos para se comunicar. A multiplicidade de práticas discursivas e não discursivas, se expressam pragmaticamente nos projetos e processos de mediação que as diferentes instituições têm exercido, e demonstram a necessidade de diálogo atento entre as instituições e os atores. Assim, em contexto sócio histórico que considera comunidades tradicionais como obstáculo para o progresso é crucial pensar propostas de reconhecimento e inclusão socioproductiva conjuntamente aos atores que vivenciam esses contextos interculturais cotidianamente, levando em consideração as identidades e especificidades socioterritoriais desses grupos.

Palavras-chave: mediação social. Identidades quilombolas. Comunidades quilombolas. Interculturalidade.

Introdução

Os novos impulsos teóricos decorrentes dos debates da chamada *cultural turn*, ampliaram a análise dos processos teóricos e empíricos sobre a globalização, enfatizando o papel causal e socialmente constitutivo dos processos culturais e sistemas de significação (STEINMETZ, 1999). Na abordagem dos estudos culturais a cultura implica poder, podendo favorecer a reprodução das assimetrias na capacidade dos grupos sociais de realizarem suas necessidades. Os processos culturais são considerados como intimamente ligados às relações sociais e formações de classe, às divisões sexuais, aos meios de opressão, às



hierarquias etárias e étnico-raciais, atuando em formas de dependência dessas relações. A cultura, portanto, não é um campo autônomo nem determinado externamente, mas um lugar de diferenças e de lutas (HALL, 2003; COSTA, 2014).

Nesta perspectiva, as identidades sociais passam a ser pensadas como construídas no interior da representação, através da cultura, não fora delas. As identidades são sempre partes de narrativas que elaboradas dentro de uma representação, são pontos de adesão temporária a posições subjetivas que nos representam e nos constroem como sujeitos no âmbito de práticas discursivas, emergindo no jogo de modalidades específicas de poder (HALL, 1999). Daí a proliferação de lutas por reconhecimento identitário, de identidades políticas e de políticas identitárias na atualidade, as quais demarcam territórios, comunidades e territorialidades físicas, simbólicas e epistêmicas, colocando em tensão e contínuo questionamento a construção “dos outros”.

O processo de negação e desvalorização das identidades de grupos subalternos passou a gerar reações e aumento das reivindicações de identidade. Nestes esforços e lutas há a busca por se reapropriar dos meios de (re)definir sua identidade, segundo seus próprios critérios, e não apenas em se reapropriar de uma identidade, em muitos casos, produzida ou concedida por grupos dominantes. Durante a década de 1980, houve a emergência de vários movimentos étnico-políticos, com suas reivindicações de direitos e de participação na elaboração e gestão das políticas dos Estados nacionais.¹ Nesta direção, até a década de 1990 já havia se construído o reconhecimento da pluralidade cultural, presente nos Estados nacionais americanos, rejeitando-se a conformação de identidades nacionais únicas, brancas e homogêneas.²

A partir da década de 1990, emerge com força o multiculturalismo, uma noção que surge dentro de uma corrente reivindicatória do direito e afirmação das diferenças e das identidades culturais. A multiculturalidade parte do reconhecimento da diversidade cultural e responde à exigência de respeito às diferenças. Para Tubino (2002), o enfoque multiculturalista representou uma tentativa de resolver os problemas derivados das políticas de promoção de igualdade de acesso a direitos, tendo a tolerância como seu princípio orientador. No entanto, o reconhecimento e a tolerância do paradigma multicultural não só

¹ Com suas repercussões nos processos de construção das identidades, incluindo as identidades socioterritoriais e mesmo as narrativas históricas das raízes culturais.

² A pluriculturalidade é uma noção que caracteriza a particularidade de uma região em sua diversidade sociocultural e indica a convivência de culturas em um mesmo espaço territorial, mesmo sem uma profunda inter-relação equitativa. Portanto, a pluriculturalidade é mensurável e descreve uma situação de existência de culturas diferentes em um mesmo espaço (SERVINDI, 2005).



manteria a permanência da iniquidade social, como também deixaria intacta a estrutura social e institucional que a compõe. Assim, nas últimas décadas, a interculturalidade vem se apresentando enquanto uma noção em construção que busca a superação de conflitos, discriminação e exclusão na América Latina, principalmente entre povos e comunidades tradicionais no âmbito de sociedades e Estados Nacionais. Se no caso do multiculturalismo a palavra-chave é tolerância, na interculturalidade a palavra-chave é diálogo. A interculturalidade reassume em parte o multiculturalismo, no sentido de que para dialogar é necessário pressupor respeito mútuo e condições de igualdade entre os que dialogam (TUBINO, 2002).

Para Salinas e Núñez (2014), o conceito de interculturalidade remete essencialmente a um diálogo fecundo e mutuamente enriquecedor entre culturas diversas, o qual se estabelece em condições ou busca por simetria, mesmo que atravessado por conflitos e relações de poder. Além do respeito mútuo, já apresentado por Tubino (2002), os autores também ressaltam o reconhecimento recíproco da capacidade de criação cultural, social e política, buscando-se as condições para se estabelecer situações permanentes de equidade, equivalência e simetria. A prática da interculturalidade inclui entre suas relações características o reconhecimento mútuo, o intercâmbio de saberes e experiências e a convivência social. Não se trata de meramente reconhecer as diferenças, tolerar ou descobrir o outro, mas também apreciar seu caráter dinâmico, suas diversas dimensões e experiências, além de visualizar a possibilidade de enriquecimento mútuo entre os diferentes.

O diálogo intercultural não implica apenas em reconhecer e respeitar a diversidade, mas também consolidá-la na medida em que contribui para o questionamento dos modelos de desenvolvimento vigentes (TUBINO, 2002). Assim, para Walsh (2009), a interculturalidade deve ser entendida como “proceso y proyecto social, político, ético e epistémico”, constituindo uma proposta que busca romper com a história de hegemonia das representações dominantes e, deste modo, possibilitando expressões para as identidades tradicionalmente excluídas. Busca-se construir - tanto na vida cotidiana como nas instituições sociais - uma convivência de respeito e legitimidade entre todos os grupos da sociedade. Todavia, a importância que assume o diálogo intercultural não se refere apenas aos enunciados de denúncias das situações de dominação, exploração e invisibilidade social que os grupos subalternos vivenciam, atual e historicamente. Mas também ao potencial criativo que ambientes de trocas e intercâmbios propiciam, tanto para o enfrentamento das dificuldades cotidianas, quanto para as lutas mais amplas que se estabelecem nas



narrativas de construção social dos processos de identificações e do papel desempenhado pelas identidades culturais e socioterritoriais na globalização contemporânea.

Portanto, trata-se de reconhecer e enfatizar a capacidade de agência desses grupos, para enfrentar os processos de dominação/opressão e incidir significativamente na construção de representações e identidade próprias, reforçando a importância de considerar a cultura como um campo de disputa. Se por um lado se reconhece uma história coletiva de dominação e opressão que une e vincula os subalternos, por outro também é necessário abordar as histórias e perspectivas de empoderamento e libertação, bem como suas contribuições para o estabelecimento de movimentos antissistêmicos que contribuem para modernidades alternativas no mundo globalizado (LAO MONTES, 2009; RADOMSKY, 2011). Neste sentido, o objetivo deste estudo é analisar processos de mediação social com identidades quilombolas, a partir da perspectiva da interculturalidade e da antropologia simétrica. Buscamos compreender de que modo o complexo contexto intercultural vivenciado na Comunidade Quilombola de Júlio Borges (Salto do Jacuí, Centro Serra do RS) interfere nos processos de mediação que diferentes instituições têm exercido (Governos Estadual e Municipal; Emater; UFSM etc).

Recorremos a técnicas de pesquisa qualitativa, como a abordagem etnográfica, observação participante e entrevistas, conjecturando principalmente a partir da acumulação de experiências e processos de mediação do NEDET-UFSM (Núcleo de Estudos e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Territorialidades). A Comunidade Quilombola de Júlio Borges está situada em um território rural demarcado fortemente pela coexistência cotidiana de grupos e culturas diferentes, como indígenas kaigangs, agricultores familiares e não familiares. Nos contextos interculturais há a interação de diferentes códigos, cosmovisões, interesses, identidades culturais, conhecimentos com trajetórias e formas de produção e validação distintas, relações de poder e valores frequentemente conflitantes. A multiplicidade de práticas discursivas e não discursivas se expressam pragmaticamente nos projetos e processos de mediação que as diferentes instituições têm exercido; e demonstram a necessidade de diálogo atento entre as instituições e os atores.

1 Abordagem teórico-metodológica

Esta pesquisa foi realizada junto a comunidade quilombola de Júlio Borges, localizada no território Centro Serra, município de Salto do Jacuí, Rio Grande do Sul. O município foi área de trânsito e habitação para Kaigangs e guaranis ao longo do tempo.



Entretanto, estes foram expropriados de suas terras devido a expansão das lavouras e de empreendimentos hidrelétricos realizados na região, fatores responsáveis por seus deslocamentos migratórios em direção às áreas urbanas. Tais deslocamentos resultaram em encontros interétnicos que imprimiram uma característica mestiça à população do município (negros, indígenas, brancos, mulatos, caboclos, pardos) (QUADROS, 2015). Apesar dos grandes empreendimentos nos setores de energia elétrica, da forte concentração de monoculturas agrícolas comerciais e do significativo peso para a economia local do setor extrativista, Salto do Jacuí é considerado um município pobre, com o Índice de Desenvolvimento Humano abaixo da média do RS. Com uma população média estimada em pouco mais de doze mil habitantes, o município é um dos elos que interliga a região das Missões, no noroeste do Estado, à região Metropolitana e ao Porto de Rio Grande. A economia local direciona os investimentos públicos municipais basicamente para os setores que se colocam como protagonistas do discurso do desenvolvimento no município e na região. Esta prática, que condiz com os dispositivos colonizadores sobrecondicionados em todo o Brasil, perpetuou, ao longo de todos estes anos, a invisibilidade dos quilombolas que vivem em Júlio Borges, bem como dos demais coletivos que passaram a viver junto aos mesmos neste território.

A comunidade quilombola Júlio Borges começou a ser construída na década de 70 devido aos deslocamentos migratórios impulsionados pela necessidade de trabalho e busca por melhores condições de sobrevivência. Na época, a extração da pedra Ágata na região era vista como uma oportunidade de trabalho assalariado que possibilitaria melhores condições de vida às famílias. A luta por reconhecimento e território foi uma constante na história da comunidade Júlio Borges, e somente em 2004, após certificação emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP), a comunidade obteve reconhecimento de sua identidade como quilombola. Uma década depois, em 2015, obtiveram o direito a utilização de 420 hectares de terra, porém foram condicionados à divisão da área com indígenas da etnia Kaingang e ao final do acordo lhes restaram 210 hectares. Neste processo de regulamentação e divisão do território emergiram diversos conflitos em relação aos possíveis usos da terra. De um lado, agentes públicos incentivavam a monocultura de soja; de outro, a comunidade apostava na diversidade no plantio de alimentos, uma vez que essa prática é uma das características de sua relação com a terra. Desde a vigência da Constituição Federal de 1988 e o reconhecimento da identidade quilombola diversos agentes públicos e mediadores sociais passaram a circular nestes territórios. Em termos gerais, buscamos identificar, a partir da mediação específica colocada para a comunidade,



quais elementos emergem como relevantes para pensar e contribuir para uma proposta de assistência técnica, social, ambiental e de extensão rural que se atente às peculiaridades e construções identitárias das comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Nesta perspectiva, compreendemos o território como um produto simbólico de um grupo em relação ao seu espaço vivido, capaz de produzir diversas formas práticas e simbólicas que constituem-se em sua territorialidade (HAESBAERT, 2004). Em contextos de interculturalidade, convivem múltiplas territorialidades ativadas de acordo com os interesses dos diferentes grupos socioculturais que se encontram nas dinâmicas de interação. Neste sentido, pretendemos abordar a noção de território na interface da dinâmica social que este articula, a partir de pontos distintos, relações de trocas, sejam simbólicas, materiais, econômicas, políticas, portanto concebendo-o a partir de sua rede de interações, tendo seus limites e fronteiras estabelecidos de forma flexível e mutável. Nos interessa, portanto, identificar os pontos de conexão das redes que possibilitam, sujeitos, grupos, instituições, acessar diversos territórios e territorialidades. Para tanto, partimos da noção de redes de natureza rizomática proposta por Deleuze e Guattari (2012) e dialogamos com as contribuições da chamada antropologia pós social ou simétrica (LATOUR, 1994; GOLDMAN; VIVEIROS DE CASTRO, 2006; VIVEIROS DE CASTRO, 2007).

Deste modo, nos contatos e negociações com as alteridades, partimos da antropologia simétrica que pressupõe realçar as capacidades e atividades adaptativas e criativas destas comunidades e coletivos ditos tradicionais na constituição de seu próprio mundo vivido e na construção social de seu próprio território e identidade (WAGNER, 2010; VIVEIROS DE CASTRO, 2007; QUADROS, 2015). Nesse âmbito as reflexões da antropologia simétrica são frutíferas. A partir das contribuições de Schneider e Menache (2014) podemos apontar que na relação entre extensionistas e não-extensionistas, “não apenas os primeiros agem sobre os segundos como também os segundos exercem agência sobre os primeiros.” (p.259). Compreendemos que ocorrem nas práticas de mediação a emergência de afetos recíprocos entre sujeitos extensionistas e quilombolas. De modo que a mediação implica um cruzamento de fronteiras simbólicas, pois o mediador comunica e interage com universos sociais regidos por lógicas e visões de mundos diferentes entre si. O mediador cria pontes e adequa as linguagens aos âmbitos nos quais se insere, para que ocorra conexão entre uma esfera e outra onde circula, ouve, comunica, negocia e busca soluções.

Recorremos a técnicas de pesquisa qualitativa, como a abordagem etnográfica, observação participante e entrevistas, diário de campo, análise do discurso (AD) e rodas de



conversa com os coletivos e instituições envolvidos. Conjecturamos principalmente com base na acumulação de experiências e processos de mediação do NEDET-UFSM, que em sua atuação no período 2014/2020 conferiu atenção especial aos grupos em condição de vulnerabilidade social, sobretudo comunidades quilombolas, o que levou a um acúmulo de experiências na medida em que foram vinculadas a diferentes políticas públicas e referenciais. No universo singular da localidade de Júlio Borges, a partir das interações e vínculos entre quilombolas, indígenas, agricultores familiares, agricultores não familiares, extensionistas rurais e universitários, a tarefa fundamental foi perceber as categorias e o estilo nativo de agenciar os enfrentamentos, conexões e resolução de problemas; bem como atentar às categorias que advêm a partir dos encontros, do envolvimento suscitado pelas experiências de mediação social e das próprias relações humanas com os coletivos do “território da pesquisa”.

2 Mediação social a partir da perspectiva intercultural e simétrica

Ao emergir o contexto do território da pesquisa evidenciaram-se as territorialidades, realidades e dinâmicas que estão presentes na cotidianidade da região Centro Serra do Rio Grande do Sul. Discutimos a partir da acumulação de experiências do NEDET-UFSM, em processos de mediação social, inclusão produtiva e gestão social, sobre alguns dos distintos desafios vinculados à prática de mediação sociotécnica que levem em consideração as construções identitárias das comunidades quilombolas. A multiplicidade de estruturas discursivas, práticas territoriais e dialógicas que se expressam pragmaticamente nos projetos e processos de mediação que as diferentes instituições têm exercido, demonstram a necessidade de um diálogo atento entre as instituições e os atores. A interação dos diferentes códigos, conhecimentos, trajetórias, relações de poder e valores, é frequentemente conflitante e intrínseca ao processo de mediação socioterritorial. Contudo, o planejamento e apoio mútuo na execução das ações entre as instituições facilita o atendimento das demandas de acordo com as condições dos grupos vulneráveis e potencializa os processos de mediação.

Algumas ações que foram postas em prática pela UFSM com o apoio da Emater e da Incubadora Social (UFSM), viabilizaram a articulação e o uso de diferentes recursos, possibilitando assegurar a participação dos atores territoriais e dos empreendimentos de seus interesses. Assim, considerando que tanto a extensão universitária quanto à extensão rural possuem um contexto complexo de interações e conexões possíveis, ao nos



depararmos com as noções de interculturalidade e construções identitárias, se tornam ainda mais necessárias iniciativas de mediação e gestão social participativos, com pontos de vista críticos que levem em conta as especificidades desses grupos e que se proponham a (re)pensar as relações de poder que estruturam as dinâmicas territoriais. Em um contexto de desenvolvimento que considera comunidades tradicionais como um obstáculo para o progresso é de suma importância pensar propostas de inclusão produtiva, gestão social e de assistência sociotécnica conjuntamente com os atores que vivenciam esses contextos interculturais complexos cotidianamente. E, assim, minimamente contribuir para que possam superar a sua condição de vulnerabilidade social, mediante a inclusão e visibilização social destes grupos.

Desta forma, nos processos de mediação há a necessidade fundamental de dialogar para identificar quais os desafios e os problemas reais dos atores. De modo que o problema real para “nós” pode não o ser para os “outros” (FREIRE, 1992). Tais condições exigem dos extensionistas uma mudança de comportamento com vistas a melhor compreensão da realidade das comunidades quilombolas. Na pesquisa empírica percebemos que as comunidades quilombolas enfrentavam dificuldades nas questões relacionadas à propriedade dos meios de produção e à disponibilidade de infra-estrutura adequadas. Além disso, também percebemos desafios para acessar os recursos da política territorial. Neste contexto, seria importante uma maior flexibilização das condições para acesso aos recursos, o que, todavia, contraria a tendência observada em relação às políticas públicas de modo geral, como se demonstrava na então já crescente especificação regulamentativa do PRONAT.

Conforme a análise de Soares (2008), os processos de mediação social possuem a questão central da dificuldade em estabelecer o diálogo intercultural entre sujeitos de culturas diferentes porque estes não possuem os mesmos códigos para se comunicar. No processo de mediação junto a agricultores familiares foi percebido pela autora que havia um maior sentimento de legitimidade por parte dos mediadores, por serem sujeitos pertencentes a mesma cultura. Já em relação à mediação junto a comunidades indígenas apresentou-se dificuldades para estabelecer diálogo, pois os sujeitos mediadores e os sujeitos indígenas não possuíam os mesmos códigos para se comunicar.

No âmbito da pesquisa que realizamos é possível traçar relações similares ao que foi apontado por Soares (2008). A partir de entrevistas com os mediadores do projeto em questão, alguns apontaram dificuldades em se relacionar e estabelecer diálogo com o público do projeto, principalmente nos primeiros contatos e no período inicial de sua



atuação. Por outro lado, outros mediadores elencaram que se sentiram motivados a permanecer no meio acadêmico devido ao vínculo e convívio estabelecido com os atores da pesquisa. Assim, percebemos que, de modo geral, os mediadores enfrentaram desafios no início de sua experiência com os quilombolas, mas com o desenvolvimento do convívio conseguiram estabelecer vínculos duradouros que facilitaram o diálogo.

As dificuldades em estabelecer diálogo com os quilombolas também podem estar relacionadas com dificuldades de outra modalidade, que foram apontadas pelos mediadores nas entrevistas, dentre essas a transitoriedade da equipe que passou por distintas configurações, dificultando o desenvolvimento de vínculo e convívio contínuo com os quilombolas. Os mediadores também apontaram que os atores do território tendiam a se retrair com aqueles que não tem familiaridade e, por outro lado, com aqueles da equipe de mediadores que estavam habituados a conviver demonstravam relações de afeto e dialogavam com espontaneidade. Além disso, alguns membros da equipe mencionaram um distanciamento em relação às abordagens teóricas e sociotécnicas que envolviam a atuação, por não estarem habituados a ler e estudar sobre estes temas, e que por isso tiveram dificuldades em compreendê-las. Este aspecto também estava relacionado com a transitoriedade da equipe e ao período curto de vigência de bolsas, que dificultava o processo de aprofundamento das abordagens e metodologias que estruturavam as ações do NEDET.

Nesse sentido, pode ser apontado que além do distanciamento em relação aos códigos de comunicação dos quilombolas, havia um distanciamento em relação aos códigos, ou ao referencial teórico-metodológico, que envolvem os próprios processos de mediação social. Tais questões elencadas se refletiram nas dificuldades dos mediadores envolvidos em efetuar a atuação e estabelecer diálogo com os mediados. Contudo, ainda que não isenta de dificuldades, a equipe de mediadores também elencou a importância da experiência de mediação social e extensão universitária enquanto um campo de pesquisa e de atuação, que dá suporte à formação profissional a partir da interdisciplinaridade e do eixo ensino-pesquisa-extensão. De um modo geral, os mediadores reconheceram a importância do NEDET enquanto promotor de experiências de formação e desenvolvimento de habilidades, possibilitando o aperfeiçoamento enquanto mediador, pesquisador e pessoa.



Os desafios pontuados referem-se, sobretudo, à transitoriedade da equipe que passou por distintas configurações e que dificultou o desenvolvimento do trabalho junto aos atores do território que tendem a se retrair e nas reuniões, sobretudo com aqueles que não tem familiaridade. Assim, cabe ao mediador ter domínio das dinâmicas de participação para a atividade fluir, ainda que consciente das dificuldades em efetuar a práxis pedagógica, reconhecendo que na prática há expectativa que não são alcançadas, e ao mesmo tempo há as próprias limitações de cada indivíduo. Também foi pontuado pela equipe em geral as dificuldades estruturais, de financiamento de recursos e deslocamento para a realização dos trabalhos de mediação sociotécnica em um território distante de Santa Maria. Tais afetaram a manutenção de bolsas, de uma equipe com dedicação para realização dos trabalhos e a continuidade da atuação. De modo geral, percebemos uma insegurança em relação à atuação, movida pela conjuntura política do período estudado. Além disso, apontaram dificuldades nas relações humanas, dentro da própria equipe, relativo a compreender as diferenças e o tempo de cada um, e estabelecer uma comunicação horizontal que levasse em conta os distintos pontos de vista. Entretanto, também foi reconhecido o valor humano do contato, tanto entre a equipe quanto com o público envolvido.

O encontro com outros modos de vida, cosmologias auxiliaram a desenvolver uma comunicação e um olhar mais sensível e cuidadoso. A equipe também pontuou que a autogestão do grupo ajudou a construir maior comprometimento e compromisso. A relevância da experiência interdisciplinar, posto que a equipe foi formada por estudantes de diferentes áreas, propiciou um diálogo entre estudantes de diversas áreas do conhecimento, tanto da graduação quanto da pós-graduação, auxiliou no acesso e elaboração de conhecimentos compartilhados. Portanto, uma possibilidade de atuar fora da universidade gerando experiência formativa, social e pessoal, e com orientação de profissionais qualificados. Destacando a importância da relação da universidade com públicos em vulnerabilidade social e que não recebem apoio estatal, capazes de tornar o ambiente universitário democrático e a sociedade mais beneficiária de conhecimentos técnico-científicos e menos desigual socialmente.

A imersão na realidade de pesquisa, através da mediação de processos de inclusão produtiva e gestão social participativa, propiciou a interface com as territorialidades e as construções identitárias, a partir das conexões do contexto da dinâmica territorial, dos projetos territoriais e das instituições que constroem as cotidianidades. Portanto, neste contexto entraram em interação as mais distintas narrativas e práticas, destacando-se uma multiplicidade de estruturas discursivas e dialógicas que se expressavam pragmaticamente



em diferentes propostas de ações, vivências e de projetos. Assim, a complexidade intrínseca ao processo de mediação exigiu destacar as nuances das territorialidades através dos projetos e ações propostos e também das potencialidades da construção de uma estrutura de ação multidimensional no contexto da gestão social participativa.

A perspectiva da interculturalidade abriu espaço para pensar uma prática extensionista reflexiva em consonância com a antropologia simétrica, buscando integrar os saberes acadêmicos com os saberes da comunidade. Visando encontrar caminhos para minimizar os desafios que tangem o campo da extensão universitária/rural e construir conjuntamente com as comunidades um amadurecimento para a construção de projetos que conduzam a novas habilidades, experiências, competências, enfim, condições que atendam de forma efetiva às exigências e demandas da sociedade. Nesse sentido, o desafio se coloca em definir referências sobre estratégias com vistas à melhoria das condições das comunidades quilombolas. Assim, busca-se partir do pressuposto de um desenvolvimento imerso no fortalecimento da cultura quilombola, no caso, nas expressões de sua identificação territorial.

Na perspectiva intercultural o que se reivindica é um olhar mais atento aos diferentes modos de habitar o mundo, que em alguns momentos se encontram (sem com isso convergir) e que são tensionados em suas cosmologias pelo contato e pela interação. Consideramos relevante problematizar a distinção que funda o abismo entre conhecimentos científicos e conhecimentos não-científicos (como têm sido designados os conhecimentos de povos e comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas). Assim, na experiência de mediação que foi desenvolvida pelo NEDET-UFSM apostamos na experiência de incorporar estes aportes, tentando nos desvencilhar, tanto quanto possível, dos papéis convencionalmente rígidos e definidos de pesquisadores/pesquisados, mediadores/mediados, nós/eles-outros, reconhecendo as ambivalências e multiplicidades que se encontram nas diversas situações, temporalidades, experiências, visões de mundo em interação no “território da pesquisa”.

Sobretudo, buscou-se fortalecer a aposta na comparabilidade de “modos de existência” ou “ontologias” (termos que, ao lado do dualismo “nós/eles”, deverão ser problematizados), bem como no diálogo entre cosmovisões dos ditos “subalternos”. Assim, traçamos um percurso que inicialmente partiu do repertório de abordagens e métodos de pesquisa considerados convencionais, para progressivamente estabelecer as condições de utilizar abordagens, mediações e situações que propiciaram captar as noções e modos de perceber e ver propostos nas contribuições da antropologia simétrica. Desse modo,



recorremos a uma abordagem de inspiração etnográfica para melhor compreender o ponto de vista dos agentes envolvidos na rede de relações que está estabelecida entre os diversos coletivos em Júlio Borges e na qual estamos imersos.

Assim, reconhecemos um potencial de transformação na mediação, pois os mediadores não só negociam, como criam novas realidades, a partir do seu trânsito por diferentes espaços sociais. Como este trânsito exige uma representação dos diversos papéis desempenhados pelos diferentes sujeitos sociais, esferas de poder e respectivas visões de mundo, estas também expressam os tensionamentos e conflitos que atravessam as sociedades complexas, diferenciadas e multifacetadas. Justamente por isso é que as práticas de mediação engendram processos que afetam os sujeitos nela envolvidos. Assim, o mediador enquanto um possível agente de transformação ocupa uma posição estratégica no processo de (re)existência de grupos sociais vulneráveis, principalmente em sociedades marcadas historicamente por desigualdades, invisibilidades e exclusões sociais.

A mudança de perspectiva sobre o papel da universidade na sociedade trouxe a relevância da extensão universitária para a sociedade e para a universidade. Nesse sentido, a universidade pública pode contribuir para a redução das desigualdades tendo a extensão como uma ferramenta fundamental. Além disso, contribui para a formação crítica dos estudantes e para o desenvolvimento dos territórios em que está inserida. Ainda que enfrente dificuldades na implementação, o intercâmbio com a sociedade tem se mostrado indispensável na formação do estudante e na qualificação do professor (FORPROEX, 2012, p.9). Nesse âmbito se insere as ações do NEDET-UFSM pautadas pelo desenvolvimento territorial, buscando construir experiências inovadoras e a afirmação de uma extensão universitária/rural não assistencialista.

Considerações Finais

As atividades de gestão social e mediação desenvolvidas pelo NEDET-UFSM buscaram perceber as especificidades dos territórios quilombolas e ampliar a participação social. Bem como atentaram para a intervenção ativa na produção de significados dos mundos que se interconectam, dos bens que foram mobilizados e dos papéis que assumiram. As ações de mediação e a assistência sociotécnica pautadas a partir das metodologias participativas e a investigação empírica a partir da perspectiva da antropologia simétrica buscaram compreender a multidimensionalidade do complexo contexto intercultural e as nuances das territorialidades.



O levantamento de informações e diagnóstico da realidade local foi de suma importância para estruturar e planejar as ações de mediação sociotécnica, com vistas a alcançar o que os membros da comunidade quilombola esperam e têm condições de realizar. Bem como, para compreender a realidade dos atores envolvidos, suas trajetórias e disposições e a partir disso construir propostas em conjunto desde sua realidade, possibilidades, anseios e necessidades. Assim, o conhecimento da realidade territorial em que se pretende atuar é fundamental para pensar uma mediação sociotécnica adequada ao contexto intercultural. As ações que emergem no contexto da interculturalidade territorial tem como pano de fundo uma rede de saberes tradicionais e recursos locais que podem ser acionados e valorizados na construção das alternativas para superação da condição de vulnerabilidade social. Deste modo, ressaltamos a importância do conhecimento sobre a realidade socioterritorial e da organização própria vinculada ao contexto dos grupos sociais com quem interagimos.

Consideramos que os processos de mediação social tem como principal desafio o diálogo intercultural entre sujeitos de culturas diferentes porque estes não possuem os mesmos códigos para se comunicar. Isso exige dos mediadores uma genuína disposição com vistas a melhor compreender a realidade dos atores. No caso de comunidades quilombolas, os mediadores tem de atentar às suas especificidades para não reforçar generalismos que circulam sobre comunidades tradicionais. Na pesquisa efetuada alguns mediadores apontaram dificuldades em se relacionar e estabelecer diálogo com o público do projeto, principalmente nos primeiros contatos e no período inicial de sua atuação. Por outro lado, outros mediadores elencaram que se sentiram motivados a permanecer no meio acadêmico devido ao vínculo estabelecido com os envolvidos na pesquisa.

Assim, de modo geral, percebemos que os mediadores enfrentaram desafios no início de sua experiência com a comunidade quilombola de Júlio Borges, mas com o convívio conseguiram estabelecer vínculos que facilitaram o diálogo. Outra razão para a dificuldade em estabelecer o diálogo intercultural foi a transitoriedade da equipe de mediadores, que passou por distintas configurações, dificultando o desenvolvimento de vínculos. As pessoas da Comunidade de Júlio Borges tendiam a se retrair mais com aqueles com quem não possuíam familiaridade e, por outro lado, com aqueles mediadores com quem estavam habituados a conviver demonstravam relações de afeto. Assim, em contexto sócio histórico que considera comunidades tradicionais como obstáculo para o progresso é crucial pensar propostas de reconhecimento e inclusão socioproductiva conjuntamente aos



atores que vivenciam esses contextos interculturais complexos cotidianamente, levando em consideração as identidades e especificidades socioterritoriais desses grupos.

Por fim, cabe pontuar que o tema da interculturalidade, que se tem debatido e estudado mais amplamente, tem evidenciado repercussões interessantes no âmbito acadêmico e das interrelações e interconexões entre mundos científicos, profissionais e outros mundos e cosmovisões. Em relação às possibilidades e repercussões da abordagem da antropologia simétrica, no que toca aos estudos rurais, realmente muito pouco se tem feito e avançado, carecendo de mais reflexões e estudos pertinentes, que se proponham a explorar as eventuais potencialidades e limites desta abordagem teórica.

Referências Bibliográficas

CARRIÈRE, J. P., CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**. Florianópolis. UFSC, v. 4, 2006.

COSTA, C. de L. Os estudos culturais na encruzilhada dos feminismos materiais e descoloniais. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. N. 44, jul./dez/2014, pp. 79-103.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 2, São Paulo: Editora 34, 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS - **FORPROEX**. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: 2012.

Disponível

em:

<<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>

GOLDMAN, M.; VIVEIROS DE CASTRO, E. Abaeté, Rede de Antropologia Simétrica. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, 2006.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LAO-MONTES, A. Cartografías del campo político afrodescendiente en América Latina. **Universitas Humanística**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, n. 68, jul-dic., 2009, pp. 207-245.



LATOURE, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de Antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed.34, 1994.

NUSSBAUMER, B.; ROSS, C. C. Trayectoria conceptual de la mediación social: expedicionarios, patrones, políticos y profesionales técnicos en la interconexión y producción de mundos de significados. In: Nussbaumer, B.; Ross, C. C.(ed.). **Mediadores sociales**: en la producción de prácticas y sentidos de la política pública. Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2011.

QUADROS, M. **O próximo do território quilombola**: a cosmopolítica dos moradores de Júlio Borges. Tese de Doutorado em Sociologia. Porto Alegre: PPGS-UFRGS. 2015.

RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento. A crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, 2011.

SALINAS, S. C.; NÚÑEZ, J. M. J. **Las interculturalidad-es, identidad-es y el diálogo de saberes**. Anais do IX Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural – ALASRU, Ciudad de México, out. 2014.

SCHNEIDER, M.; MENASCHE, R. Os estudos rurais à luz de outras possibilidades: pistas a partir da Antropologia Simétrica. **Tessituras**, Pelotas, v. 2, n. 2, p. 246-268, jul./dez. 2014.

SERVINDI–Servicios en Comunicación Intercultural. Interculturalidad: desafío y proceso en contrucción. **Manual de capacitación**. Lima, SINCO Editores, 122 p. 2005.

SOARES, M. A. Um novo olhar sobre a Ater indígena no Rio Grande do Sul. **Realidade Rural**. n. 50. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2008.

STEINMETZ, G. **State/Culture**: State-Formation after the Cultural Turn. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1999.

TUBINO, F. Entre el multiculturalismo y la interculturalidad: más allá de la discriminación positiva In: **Ciencias Sociales**. Perú, Lima, p.51-76. 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Filiação Intensiva e Aliança Demoníaca. **Novos Estudos**, n. 77, p. 91-126, 2007.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo, Cosac Naify, 2010.

WALSH, C. **Interculturalidad crítica y educación intercultural**. In. VIAÑA, J.; TAPIA, L.; WALSH, C. (orgs.). **Construyendo Interculturalidad Crítica**. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, p. 75-96, 2009.